

# Calendário mantido

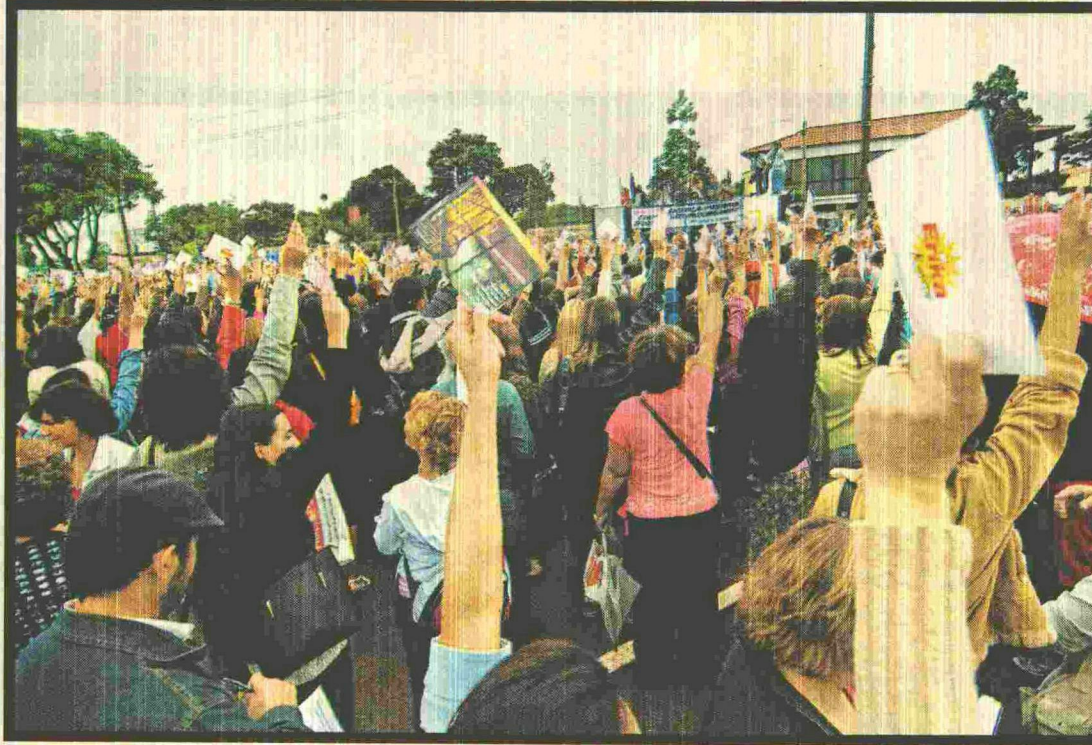
GIZELLA RODRIGUES  
E ANDRÉ BEZERRA

DA EQUIPE DO CORREIO

**O**s 400 mil alunos da rede pública de ensino podem preparar as mochilas para a volta às aulas. O início do ano letivo não será adiado, como previa o Sindicato dos Professores (Sinpro). Para garantir que os docentes voltem para a sala de aula na próxima segunda-feira, porém, o governo fez um acordo com a categoria. A secretária de Educação, Maria Helena Guimarães, comprometeu-se a revisar a suspensão das licenças-prêmio, determinada pelo governador José Roberto Arruda em 17 de janeiro. Deverão ser mantidos os benefícios dados a gestantes, a professores prestes a se aposentar ou que farão cursos no exterior e que já tenham comprado passagem aérea.

A decisão foi tomada ontem durante assembléia no Centro Administrativo do GDF, em Taguatinga, que reuniu mais de mil professores. Eles queriam iniciar o ano letivo em 22 de fevereiro, um mês depois da data em que receberam o pagamento das férias. Por lei, o dinheiro deveria ter sido depositado em 3 de janeiro, 48 horas antes do início das férias. Mas o GDF não tinha recursos e parcelou o pagamento: um terço foi pago em 19 de janeiro e o restante dia 22. "As férias só começam a contar depois

Breno Fortes/CB



REUNIDOS NA FRENTE DA SEDE ADMINISTRATIVA DO GDF, PROFESSORES DECIDEM NEGOCIAR INÍCIO DAS AULAS

do pagamento, porque não há condições de ninguém viajar sem receber as férias. Eu mesma deixei de ir para a Bahia, pois só o salário de dezembro não pagava as contas. A educação sempre está em último plano", reclamou Michele Sales Correia de Sousa, 33 anos, professora de Sobradinho que era a favor de atrasar o início das aulas.

Grande parte dos professores

tinha a mesma opinião de Michele. Mas, antes da assembléia, a secretária de Educação se reuniu com o Sinpro e se dispôs a analisar a suspensão das licenças-prêmio, outra reivindicação da categoria. Cada benefício será estudado detalhadamente. Por enquanto, Maria Helena está disposta a fazer três concessões. "Quem vai se aposentar, fazer curso no exterior, e as ges-

tantes terão direito. Mas precisamos analisar cada caso porque a licença-prêmio traz prejuízos para os pais, alunos e governo. No lugar daquele professor que sai, precisamos colocar um contrato temporário. E isso leva tempo e traz um grande impacto para a folha de pagamento", justificou Maria Helena.

A licença-prêmio é um direito assegurado por lei aos funcioná-

rios públicos que completam cinco anos de serviço e não tenham nenhuma falta. O servidor pode ficar três meses afastado. É comum que gestantes emendem a licença-maternidade, de quatro meses, com a licença-prêmio, para passar sete meses com o bebê. Professores que vão se aposentar também pegam o benefício para se afastar mais cedo da escola. Há 1,6 mil licenças mar-

## BENEFÍCIOS

Existem

**1,6 MIL**

licenças-prêmio  
marcadas para março e

**1,8 MIL**

previstas para maio.

Havia

**2 ANOS**

que nenhuma licença era  
concedida.

cadas para março e outras 1,8 mil previstas para maio. Os benefícios foram concedidos pelo governo passado no final de 2006. Antes disso, havia dois anos que nenhuma licença era oferecida. Arruda determinou a suspensão do benefício por considerar o valor da folha de pagamento dos professores alto demais.

Na próxima terça-feira, a secretária se reúne novamente com o Sinpro. Na ocasião, ela apresenta os resultados da análise das licenças para a categoria. Os professores ainda não desistiram da greve e têm outra assembléia para o dia 27. Nesse dia haverá paralisação. "Ainda não estamos satisfeitos, mas a secretaria abriu espaço para a negociação e decidimos ter boa vontade. Por enquanto, vamos cumprir o calendário escolar", afirmou a diretora de administração do sindicato, Maria Augusta Ribeiro. Na tarde de ontem, os docentes já voltaram às escolas para prepará-las para receber os estudantes.

A Secretaria de Educação ainda não pagou as férias e o 13º salário dos 5 mil professores temporários que trabalharam no ano passado. Os professores também reivindicam ativação do plano de saúde, aprovado por lei, e reajuste salarial. De acordo com a secretária de Educação, as negociações serão mantidas ao longo do 1º semestre de 2007.